

Bibliotecas em Rede, DIY: pirataria de e-books no ensino superior brasileiro

Gabriel Menotti

Em maio de 2012, mais um *site* brasileiro que permitia a troca desautorizada de arquivos foi retirado do ar. Só que, dessa vez, a legitimidade da decisão judicial não foi simplesmente debatida, como costuma acontecer em casos semelhantes. Pelo contrário, ela foi amplamente contestada por um número de vozes que se fez ouvir nos meios de comunicação. Esse coro dos descontentes abrangia, além dos resmungos do internauta cotidiano, o discurso especializado de ditos “membros respeitáveis da sociedade”. Um grupo de intelectuais escreveram uma carta aberta contra a derrubada (NODARI *et al.*, 2012), e pelas redes sociais se iniciou uma campanha popular na qual autores publicados distribuíam seus próprios livros gratuitamente em apoio ao *website*.

Esses protestos foram motivados pelo fato de que o *website*, chamado *Livros de Humanas*, não agregava qualquer tipo de produto cultural, sejam filmes *blockbuster*, séries de TV ou canções pop. Ele proporcionava especificamente o *download* gratuito de versões eletrônicas ou digitalizadas de livros acadêmicos, direcionadas ao público de estudantes universitários. Nesse sentido, poderíamos dizer que a sua principal função não era de entretenimento, mas sim educativa. A massiva manifestação em favor de *Livros de Humanas* parece sugerir que, a despeito de sua disputada legalidade, a prática de pirataria seria amplamente aceita em tal caso – tanto por estudantes quanto professores, sejam eles próprios autores publicados ou não.

Nesse curto artigo, pretendo observar esse assunto, investigando a circulação desautorizada de *e-books* no ensino superior brasileiro. Atento ao contexto socioeconômico e ao mercado editorial do país, vou considerar a legitimidade pedagógica de tal material. Por meio do estudo de caso do finado *Livros de Humanas*, amparado por uma série de entrevistas com estudantes e professores de graduação, espero rascunhar o papel que a pirataria pode desempenhar em um projeto pedagógico comprometido com a autonomia do estudante.

A circulação desautorizada de teoria pela Internet

A pirataria de *e-books* parece ser tão antiga quanto a de qualquer outro produto cultural. De acordo com Mark Van Hoorebeek, a maior parte dos apli-

cativos para transferência de dados *peer-to-peer* que apareceram em 2001, preenchendo a lacuna deixada pelo pioneiro *Napster*, permitia o compartilhamento não apenas de conteúdo sonoro (como MP3), mas também de arquivos de texto (e.g. TXT, DOC, RTF) e até mesmo de formatos prontos para a publicação, como o Adobe PDF (VAN HOOREBEEK, 2003). Mesmo antes disso, a *Web* já estava sendo utilizada para a disseminação desautorizada de textos, sendo que livros acadêmicos estavam entre os materiais favoritos dos piratas (ADEMA, 2010). Janneke Adema indica que o *UbuWeb*, um repositório *on-line* de arte e poesia de vanguarda, já incluía links para manifestos e ensaios desde a sua estreia, em 1996.

Nessa época, as editoras faziam vista grossa, permitindo que o compartilhamento de textos protegidos por *copyright* se desse livremente, em uma zona ainda mais nebulosa do que a pirataria de música comercial (ibid). A situação pareceu mudar em 2002, quando o popular *website textz.com* foi autuado por hospedar e possibilitar o *download* de dois textos do filósofo Theodor Adorno. *Textz.com* operava como um cruzamento entre o *Projeto Gutenberg* (uma iniciativa para digitalizar textos disponíveis em domínio público, ativa desde 1971) e uma rede de *warez* (repositórios de *software* descriptado ilegalmente, disponibilizados por grupos de hackers). Ainda que o *website* tenha sido terminado pouco após o processo, esse formato perdurou, se estabelecendo como um *standard* para pirataria de *e-books* nos dias de hoje (ibid). A maior parte das plataformas que permitem a distribuição desautorizada de livros acadêmicos é alimentada por material postado voluntariamente por seus usuários. Essas plataformas agregam e concedem acesso livre a esse conteúdo, enquanto lucram a partir de publicidade e doações.

A despeito da similaridade estrutural, os sites de pirataria de *e-book* mais recentes expandem as funcionalidades presentes em *textz.com*, se afastando do modelo de “fórum *hacker*” no intuito de criar comunidades acadêmicas verdadeiramente colaborativas. Um caso a se comentar é o *AAAAARG*, que pretende funcionar como uma “plataforma de diálogo” (*AAAAARG.ORG*). O *AAAAARG* permite que seus usuários não apenas postem arquivos, mas também façam pedidos, criem tópicos de discussão, listas bibliográficas e programas de disciplina. Almejando “operar como uma escola, ou um grupo de leitura, ou um periódico” (ibid), esse *website* poderia ser comparado com plataformas de suporte *on-line* para o aprendizado, tais como o *Virtual Learning Environment* do Goldsmiths College, ou até mesmo com “universidades virtuais”, tais como *Kahn Academy Udacity*. Entretanto, ao contrário desses territórios institucionais, onde apenas tutores predefinidos são capazes de postar e organizar materiais de estudo, o *AAAAARG* garante esse privilégio a qualquer usuário. Essa autonomia permite

que estudantes desempenhem funções reservadas aos professores em organizações de ensino mais formais.

Nesse sentido, devido a sua “intenção de desenvolver discurso crítico fora de um dispositivo institucional” (ibid), podemos dizer que o *AAAAARG* articula a tecnologia da Internet a favor daquilo que Ivan Illich chamava de “teias de aprendizagem” (ILLICH, 1985, p. 83): estruturas que “permitam ao estudante ter acesso a todo e qualquer recurso educacional que poderá ajudá-lo a definir e obter suas próprias metas” (ibid, p. 89). Particularmente, o *website* cria possibilidades para o *encontros de colegas* (“que possibilite as pessoas descreverem a atividade de aprendizagem em que desejam engajar-se, na esperança de encontrar um parceiro para essa pesquisa”) e para *serviços de consulta a objetos educacionais* (“que facilitem o acesso a coisas ou processos que concorrem para a aprendizagem formal.”) (idem).

Usos localizados de pirataria para o aprendizado

Graças à sua estrutura participativa, sites de pirataria de *e-book* fomentam a criação de redes de aprendizagem automotivada que possibilitam muito mais “relações com o mundo” do que as instituições de ensino tradicionais (ibid, p.84). Mas seria isso o bastante para atestá-los como recursos pedagógicos legítimos, apesar de sua disputada legalidade? De modo a responder essa questão, passo a considerar o caso específico de *Livros de Humanas*, na tentativa de entender o uso da pirataria em um contexto educacional localizado.

Configurações geográficas parecem constituir uma das principais influências no acesso aos canais de circulação de texto, sejam eles eletrônicos ou não. No caso, enquanto apenas uma das pessoas entrevistadas para esse artigo tinha conhecimento dos sites internacionais mencionados acima, todas conheciam o brasileiro *Livros de Humanas*, sendo que três haviam efetivamente utilizado o *site* antes que ele tivesse sido retirado do ar. Pelas nossas conversas, três aspectos inter-relacionados parecem causar essa divergência: a linguagem dos textos disponíveis em cada *site*, as especificidades do contexto educacional brasileiro, e aquelas do mercado editorial local.

Entre esses fatores, a *linguagem* é o preponderante. Enquanto sites internacionais têm a maior parte do seu material disponível em inglês, *Livros de Humanas* hospedava textos escritos em ou traduzidos para o português. A razão pela qual os estudantes focam nesses últimos não é mera conveniência linguística. Não se espera que estudantes brasileiros de graduação dominem um segundo idioma; doravante, livros que não estão oficialmente disponíveis em português

raramente fazem parte da bibliografia compulsória dos cursos superiores no país. Um professor entrevistado, que confessou incluir em seus programas de disciplina links para textos que encontra na Internet, disse que nunca faria isso com um livro estrangeiro, mesmo que a versão brasileira estivesse esgotada. Nesse sentido, podemos assumir que o desconhecimento de estudantes de graduação sobre sites internacionais para a pirataria de *e-books* seja devido a irrelevância desse conteúdo para seus estudos.

Uma vez que a tradução de livros depende da agenda das companhias editoras, é possível considerar que o mercado tem um efeito contingente na definição das bibliografias dos cursos superiores no Brasil e, dessa forma, também na circulação desautorizada de textos acadêmicos pelo país. Seria entretanto ingênuo pensar que a sua influência é meramente indireta. A pirataria de *e-books* tem como uma de suas principais justificativas a precariedade do mercado editorial brasileiro. Todos os entrevistados declararam já ter dependido de cópias desautorizadas de textos para aulas, sejam eletrônicas ou não, porque os livros são proibitivamente caros e a disponibilidade de material acadêmico é especialmente limitada, fazendo com que alguns títulos saiam de catálogo muito rapidamente, de modo que nem as bibliotecas universitárias possuam volumes o bastante.

Essas restrições motivam tanto estudantes quanto professores a fazerem uso regular de certas práticas de pirataria em massa, o que tem ocorrido desde muito antes que a Internet estivesse aí pra isso. Nas instituições de ensino superior do país, existe a tradição das “pastas de xerox”, em que os professores coletam todos os textos necessários para as suas disciplinas (como reportagens, artigos, capítulos de livros e às vezes mesmo livros completos) e os disponibilizam para os estudantes em birôs de cópia. Ainda que tal prática venha a ferir a lei de propriedade intelectual, trata-se de uma solução aceita em praticamente toda Universidade do país, seja pública ou privada.

A troca de livros e o caráter solidário da educação

Originalmente, *Livros de Humanas* pode ser entendido como uma implementação da estratégia da “pasta de xerox” em uma rede de computadores. O *site* foi criado em 2009, por um aluno do curso de graduação em Literatura da Universidade de São Paulo, como uma alternativa aos birôs de cópia da instituição, depois que eles promoveram um aumento de 50% no preço dos serviços que não havia sido negociado com os estudantes (CONDE, 2011). Dessa forma, *Livros de Humanas* inicialmente agregava apenas textos utilizado pelas disciplinas do curso de Literatura da USP – o que não significa que o *website* estava acessível apenas

aos alunos desta universidade. Estando *on-line*, ele se encontrava ao alcance de usuários lusófonos de qualquer parte do mundo, que começaram a participar enviando novos materiais e requisitando outros tantos. A partir desses intercâmbios, o criador do *site* conseguiu traçar um perfil da sua audiência: “estudantes de universidades brasileiras com péssimas bibliotecas”, que precisavam de livros que suas instituições não possuíam tanto para pesquisa quanto para aulas (ibid).

Entendida como essa forma de compartilhamento de textos para fins educacionais, as “pastas de xerox” representariam o exercício de um direito, e assim também deveríamos entender a pirataria de *e-books*. Esse é o argumento desenvolvido por Pablo Ortellado, professor que coordena um grupo de estudos na USP sobre políticas públicas de acesso à informação. Em um texto escrito em apoio a *Livros de Humanas*, Ortellado explica que esse tipo de *website* está de acordo com a lei brasileira do direito autoral, uma vez que esta permite “o uso de obras sem autorização e sem o pagamento de royalties para fins de interesse público” (ORTELLADO, 2012). A circulação desautorizada de textos acadêmicos seria permitida especificamente pelo 6º artigo da Constituição Brasileira, que assegura o direito à educação a todo cidadão. Outras razões que garantem a legitimidade ética da pirataria de *e-books* incluem o fato que um terço da base bibliográfica está esgotada; que os livros científicos de humanas são financiados predominantemente com recursos públicos; e que nem os estudantes nem as bibliotecas têm os meios econômicos para comprá-los(ibid).

De um ponto de vista mais estritamente pedagógico, a prática de compartilhamento de livros poderia ser vista como um exercício do caráter intrinsecamente solidário da educação (MANTOVANI *et al*, 2006, p.266). Ao reconhecer que o conhecimento é produzido por meio da sua troca (ibid, p. 258), podemos tomar uma iniciativa como *Livros de Humanas* como uma solução para criar possibilidades de aprendizado mais dinâmicas e localizadas(ibid,p. 265). Nesse sentido, o fato que este e outros websites similares tenham sido feitos de maneira desautorizada revela a insuficiência dos ambientes de aprendizado institucionais, incapazes de lidar com o desejo e a necessidade dos estudantes. Impulsionada por eles, a pirataria de *e-books* poderia ser entendida como uma apropriação dos meios de produção de conhecimento pelos aprendizes, sugerindo uma autonomia que os professores deveriam respeitar na hora de desenvolver suas estratégias de ensino.

Referências

AAAAARG.ORG. About.AAAAARG, 2012. Disponível em: <<http://aaaaarg.org/about>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

ADEMA, Janneke. Scanners, collectors and aggregators. On the “underground movement” of (pirated) theory text sharing.*Networked Performance*, 05 Jun 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/xDvn1>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

CONDE, Miguel. Suspensão de blog com livros piratas cria discussão na web.*O Globo*, 29 Abr 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/oLaOY>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem Escolas*, 7ªed, Ed. Vozes: Petrópolis, 1985.

LOSOWSKY, Andrew. Library.nu, Book Downloading Site, Targeted In Injunctions Requested By 17 Publishers.*Huffington Post*, 15 Fev 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/c5Lgq>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

MANTOVANI, Osmar; DIAS, Maria Helena; &LIESENBERG, Hans. Conteúdos abertos e compartilhados: novas perspectivas para a educação.*Educ. Soc.*, 27:94, 2006, pp. 257-276.

NODARI, Alexandre; STERZI, Eduardo; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; AVELAR, Idelber; OTELLADO, Pablo; LÍSIAS, Ricardo; &STIGGER, Veronica (2012) Em defesa de uma biblioteca virtual.*O Globo*, 02 Jun 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/1mjLW>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

ORTELLADO, Paulo. Compartilhar livro é direito.*Blog*, 14 Jun 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/syIvH>>. Acesso em: 01 Ago 2012.

VAN HOOREBEEK, Mark. Napster clones turn their attention to academic e-books. *New Library World*, 104:4/5, pp. 142 – 148, 2003.

■.....**Gabriel Menotti** atua como crítico e curador. É professor de Edição e Multimídia na Universidade Federal do Espírito Santo. Possui um doutorado em Media and Communications por Goldsmiths (Universidade de Londres) e outro em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Já publicou artigos em diversos periódicos acadêmicos e coletâneas pelo mundo. Apresentou trabalhos em eventos como o 16o ISEA, a 29a Bienal de São Paulo e o Festival Transmediale. Em 2012, lançou seu primeiro livro de pesquisa, ‘Através da Sala Escura – Espaços de Exibição Cinematográfica e VJing’ (Intermeios).